

**HABEAS CORPUS Nº 514.949 - RJ (2019/0166623-1)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ANA CAROLINA FERRARI PERES  
**ADVOGADO** : ANA CAROLINA FERRARI PERES - RJ141342  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
**PACIENTE** : JONATAN MONTEIRO SAMBADE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JONATAN MONTEIRO SAMBADE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na Apelação Criminal n.º 0500741-86.2015.4.02.5101.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, em primeira instância, à pena privativa de liberdade de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, além do pagamento de 45 (quarenta e cinco) dias-multa, como incurso no art. 157, § 2.º, incisos I, II e V, do Código Penal.

A ação delituosa foi assim descrita na denúncia, em síntese (fl. 42):

*"No dia 12/11/2014, por volta das 15:50h, os acusados JONATAN MONTEIRO SAMBADE, JORGE CLÁUDIO FONSECA DE AMORIM, ANTONIO CARLOS RODRIGUES MACEDO, DIEGO JOSE ALBA TABOADA e JAIR DA SILVA BALDUINO, em comunhão de ações e desígnios com outro indivíduo ainda não totalmente identificado, entraram na agência 'Rua do Senado', da Caixa Econômica Federal, subtraindo, mediante grave ameaça, dois revólveres da marca Taurus, calibre 38 (SINARM 002397633 e 002397634), pertencentes à equipe de vigilância, além de objetos pessoais de funcionário e clientes do banco."*

O Tribunal Regional Federal da 2.ª Região negou provimento ao recurso de apelação defensivo (fls. 24 e 87-96).

No presente *writ*, a Defesa alega que houve violação do art. 155 do Código de Processo Penal, sob o argumento de que a condenação foi baseada exclusivamente em elementos angariados na fase de inquérito policial.

Argumenta que o Paciente deve ser absolvido, "*considerando a flagrante ilegalidade do acórdão, o qual confirmando sentença, condenou o Paciente com base exclusivamente em prova produzida no inquérito policial*" (fl. 17).

Requer seja a ordem liminarmente concedida "*para suspender os efeitos*

*da condenação em discussão*" (fl. 19), determinando-se à Vara de Execuções Penais a exclusão da pena imposta ao Paciente até o julgamento do mérito deste *writ*.

No mérito, pleiteia a absolvição do Paciente.

É o relatório. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas, sobretudo porque, segundo consta da ementa do aresto impugnado, *"a prova colhida em sede inquisitorial, e confirmada em juízo, é estreme de dúvidas"* (fl. 24), a revelar que, em princípio, inexistente a suscitada violação do art. 155 do Código de Processo Penal.

A propósito, *"[n]ão se vislumbra violação ao disposto no art. 155 do Código de Processo Penal quando a análise da fundamentação utilizada na sentença permite a conclusão de que foram utilizadas provas confirmadas em juízo para respaldar a condenação"* (HC 215.641/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 03/12/2018).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem, nas quais deverá constar a senha ou chave de acesso às informações processuais, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora